



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Davidson Magalhães – PCdoB/BA

Projeto de Lei Complementar Nº, de 2015
(Do Sr. Davidson Magalhães)

Nos termos do art. 146, III, b, da Constituição Federal, vem acrescentar o inciso V, ao art. 174, do Código Tributário Nacional (Lei n. 5172, de 25 de outubro de 1966) para estabelecer nova modalidade de interpretação do crédito tributário.

O Congresso Nacional decreta:

Art.1º Fica acrescido, no art. 174 do Código Tributário Nacional (Lei n. 5172/1966) o inciso com a seguinte redação:

V – por ato de evasão de divisas objeto de operação simulada para furtar-se ao pagamento do tributo, a partir do conhecimento do fato pela autoridade fiscal.

Art.2º Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação.



JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de lei complementar tem por escopo disciplinar a questão relacionada com a prescrição de operações realizadas no exterior decorrentes de contas bancárias abertas por brasileiros, de modo especial as que se vinculam ao SWISSLEAKS. Apesar do vulto de recursos financeiros que as caracteriza, é indisfarçável o cunho secreto predominante na sistemática adotada pelas Instituições Financeiras que lhe dão cobertura.

Impõe salientar, entretanto, que esse quadro revela-se preocupante, na medida em que as autoridades fazendárias não têm o controle desse montante expressivo de depósitos bancários. Isto leva a crer tratar-se de operações resultantes de negócios presumivelmente suspeitos e, portanto, simulados. Tanto é assim que as contas são codificadas numericamente e sem a correspondente identificação de seus titulares, somente conhecidos por um restrito número de empregados do Banco depositário.

Trata-se a espécie, se constatada a simulação dos negócios encetados pelos seus celebrantes, de evasão fiscal capitulada nos arts. 167 a 170 do Código Civil Brasileiro (Lei 10.406/2002). Por outro lado, ali o prazo prescricional estipulado é de dez anos no sentido de se decretar a nulidade dos atos praticados pelas pessoas envolvidas com procedimento dessa natureza. Não deixando de acrescentar que, no plano doutrinário, fala-se em prescrição quinquenal por se referir à matéria tributária.

Independentemente disso, para facilitar os trabalhos da Receita Federal e do Banco Central nessa missão de combate a evasão de divisas tão perniciosa aos interesses do país, propõe-se o instrumento normativo adequado, que introduz no Código dispositivo capaz de permitir a ação pronta do Governo Federal nesse campo da sonegação fiscal. O objetivo concreto é possibilitar a recuperação dos valores equivalentes a US\$ 7 bilhões, das pessoas com contas na Suíça nos anos de 2006 a 2007.

Por conseguinte, se comprovada à evasão, cabe a Receita Federal juntamente com o Banco Central diligenciar no sentido de cobrar o percentual de 27,5% sobre o montante dos valores depositados de forma ilegal. Também incide multa de 75% sobre o Imposto de Renda devido, podendo ser agravada em 150% na constatação de dolo, fraude ou



simulação, tendo em vista que na realidade configura um crime contra o sistema financeiro.

Cabe ponderar, ademais, que, se o lançamento é efetuado com base na declaração do sujeito passivo, quando este se omite, então o prazo prescricional somente deve ser contado a partir do momento em que a Receita Federal tomar conhecimento dos fatos relacionados com a operação desencadeada. Nesse particular aspecto é esclarecedor o ponto de vista de Everardo Maciel:

A Receita Federal somente pode cobrar qualquer imposto quando o fato determinante do mesmo é o por ela conhecido. Mesmo que tenha ocorrido sido em 2006 ou 2007. Se esses fatos que ficaram ocultos até agora, e, portanto, se ficar comprovado que não houve declaração no Imposto de Renda da conta no exterior ai é possível se fazer a cobrança do que não foi pago na época devida.

Nessa linha de intelecção, tem-se que tal iniciativa fica condicionada ao exame de verificação se esses recursos não foram declarados a Receita Federal e, em consequência, o não pagamento dos tributos devidos. Assim, podem ser objeto de ação objetivando à recuperação dos tributos não recolhidos em face de operações simuladas, e, como tal, realizadas por meios ilegais.

Sala das Sessões, em 10 de outubro de 2015.

Deputado Davidson Magalhães